

Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Exercício de 2024



Tribunal de Contas do Distrito Federal



Composição do Tribunal – 2025

Desembargadores de Contas

Manoel Paulo de Andrade Neto Marcio Michel Alves de Oliveira – Presidente

Inácio Magalhães Filho – Vice-Presidente

Marcio Michel Alves de Oliveira – Desembargador-Corregedor

Antônio Renato Alves Rainha – Regente da Escola de Contas Públicas

Paulo Tadeu Vale da Silva – Desembargador-Ouvidor

André Clemente Lara de Oliveira – Relações Institucionais

Anilcéia Luzia Machado – Presidente da Comissão de Regimento e Jurisprudência

Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal

Demóstenes Tres Albuquerque – Procurador-Geral

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Marcos Felipe Pinheiro Lima

Auditor (Desembargador de Contas Substituto)

Vinícius Fragoso

RELAÇÃO DAS SIGLAS

ADASA	Análise de Decisões Automatizada	SEDET	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal
ASA	Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal	SEE/DF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	SEEC	Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
CAESB	Companhia de Saneamento do Distrito Federal	SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
CCUG	Centro de Convenções Ulysses Guimarães	SEMA/DF	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal
CLDF	Camãra Legislativa do Distrito Federal	Semat	Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público	SEMOB/DF	Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
DER-DF	Departamento de Estrada de Rodagem do Distrito Federal	SEPE	Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal
DF	Distrito Federal	SES/DF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal	SETUR/DF	Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal
EnceMob	Encontro Nacional de Controle Externo em Mobilidade Urbana	SIGRH	Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos
GDF	Governo do Distrito Federal	SIRAC	Sistema de Registro de Admissões e Concessões
IA	Inteligência Artificial	SO	Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental	TCB	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
IGESDF	Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal	TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
IRB	Instituto Rui Barbosa	TCE/AL	Tribunal de Contas do Estado de Alagoas
MMD-TC	Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas	TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
MPJTCDF	Ministério Público junto ao TCDF	TCE/GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil	TCE/MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
OAB/DF	Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal	TCE/PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
ONU	Organização das Nações Unidas	TCE/PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal	TCE/SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
PDAF	Programa de Descentralização Administrativa e Financeira	TCM/BA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
PPPs	Parcerias Público-Privadas	TCM/SP	Tribunal de Contas do Município de São Paulo
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	TCU	Tribunal de Contas da União
SEAGR/DF	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal	TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
SECEC/DF	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal	TJDFT	Tribunal de Contas do Distrito Federal
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal	UBSs	Unidades Básicas de Saúde

Apresentação

Em atendimento ao disposto no art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente ao exercício de 2024, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Relatório de Atividades registra as principais ações realizadas por esta Casa no exercício, reunindo as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade-fim do Tribunal.

Essas realizações foram desenvolvidas em sintonia com o Plano Estratégico do TCDF para o quadriênio 2024-2027 e resumem o esforço deste Tribunal para cumprir sua missão institucional de maneira efetiva, eficaz e eficiente.



A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Manoel de Andrade'.

MANOEL DE ANDRADE
PRESIDENTE



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
RESUMO DA ATUAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
PERSPECTIVA SOCIEDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	9
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS.....	27
PERSPECTIVA RECURSOS E PESSOAS.....	32

Resumo da Atuação do Plenário no Exercício de 2024

R\$ 295,3 milhões

Valor das condenações

R\$ 639,1 milhões

Economia estimada gerada na
fiscalização de licitações

5.249

Número de
decisões do
Tribunal

3.447

Processos julgados
conclusivamente

664

Acórdãos
proferidos

140

Medidas
cautelares
concedidas

129

Responsáveis
condenados em
multa ou débito

4

Responsáveis inabilitados para
o exercício de cargo em
comissão ou função de
confiança na Administração
Pública Distrital

Resumo da Atuação das Secretarias de Controle Externo no 4º Trimestre

4.886

Instruções de Processos

14.067

Atos de Pessoal Analisados

17

Auditorias

34

Inspeções

9

Análises de
PPP/Concessões

10

Monitoramentos

3

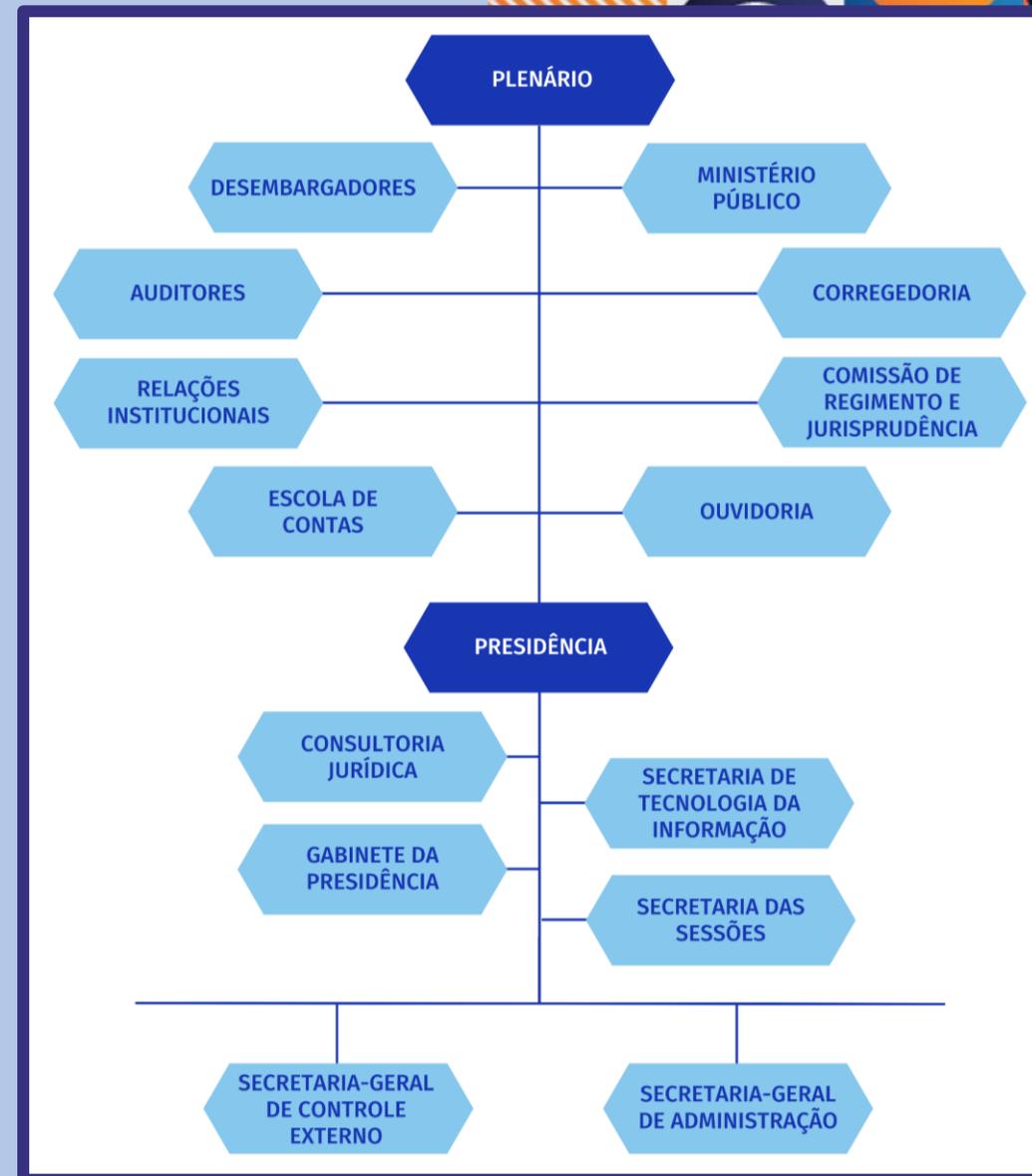
Levantamentos

Introdução

Com o intuito de dar relevo aos serviços prestados pelo Tribunal, as principais atividades realizadas no período foram agrupadas conforme as perspectivas constantes do Plano Estratégico, quais sejam: sociedade e administração pública; processos internos e recursos e pessoas.

O TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma, conforme a ilustração ao lado.

Por intermédio dessas unidades, efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de controle externo.





Sociedade e Administração Pública

Essa perspectiva reflete os principais resultados alcançados pelo TCDF com impacto mais perceptível pela sociedade e pelos gestores públicos, a exemplo das ações que visam ao aprimoramento da gestão pública, das auditorias e das demais fiscalizações, bem como das decisões proferidas pelo TCDF.

DESTAQUES

Aprovação com ressalvas das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2023.

Entre as ressalvas feitas pela Corte, destacam-se a recorrente realização de despesas sem cobertura contratual; a ausência de sistema com informações sobre o andamento das obras públicas; a falta de transparência relativa às Parcerias Público-Privadas – PPPs; as falhas na implementação da Política de Atenção Primária à Saúde e a má gestão na oferta de exames de endoscopia pela rede pública; as falhas na implementação do Plano Distrital de Educação; a necessidade de aprimoramento nas ações de proteção animal; as lacunas no gerenciamento dos resíduos sólidos, em especial nos relativos à construção civil; as deficiências no planejamento, implementação e avaliação das políticas voltadas às mulheres.



Capacitações Externas:

- O Tribunal iniciou o projeto “TCendo o Futuro” com objetivo de despertar a consciência da cidadania e do controle social em crianças da rede pública de ensino do DF.
 - Realizou maratonas temáticas, tais como: “O Futuro da Educação sob a Ótica das PPPs” e “Governança em Saúde”.
 - Sediou o “Corregedoria Day”, evento que buscou sensibilizar e mobilizar servidores do DF para combater a ocorrência de assédio moral e sexual no local de trabalho.
 - Realizou a 29ª edição do Semat, no qual abordou falhas recorrentes em licitações, normativos sobre desestatização, resultados de auditorias operacionais no Plano Distrital de Educação e na Atenção Primária à Saúde, além de um panorama sobre a prescrição no TCDF.
- O TCDF promoveu o Encontro Nacional de Controle Externo em Mobilidade Urbana - EnceMob debatendo sobre transporte público e mobilidade urbana.

Merecem destaque, também, os cursos: Amostragem de Unidades Monetárias em Auditorias Financeiras, Planilhas de Terceirização de Mão de Obra de acordo com a Lei nº 14.133/21, Contraditório e Defesa no Processo de Controle Externo, Capacitação para Gestores de Contratos de Saúde, Sistema e-Contas, Instrução de Tomada de Contas Especial, além de temas como segurança jurídica e contraditório no processo de controle externo.

DESTAQUES



Doação de Computadores e Consultórios Odontológicos: O TCDF doou 148 computadores e dois consultórios odontológicos à Secretaria de Educação do DF. A doação visa fortalecer a educação e a saúde dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.



Transparência Pública: O Tribunal foi destaque no maior programa de avaliação da transparência pública do Brasil, recebendo o Selo Diamante de Qualidade do Radar de Transparência. O TCDF apresentou um índice de transparência de 96,26%, enquanto a média nacional em 2024 foi de 63,94%.



Espaço Juliano Costa Couto: O Foi inaugurado o Espaço Juliano Costa Couto, que inclui salas de apoio a advogados e atendimento ao público. O local oferece infraestrutura adequada para a advocacia e homenageia o ex-presidente da OAB/DF, conhecido por sua contribuição à defesa dos direitos e da justiça.



O TCDF aderiu à campanha “Setembro Verde” para promover a inclusão e combater o capacitismo e ao “Setembro Amarelo” na campanha de prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental.



DECISÕES RELEVANTES



SAÚDE

- ▶ TCDF apontou baixa produtividade na realização de endoscopias digestivas pela rede pública e determinou que a SES adote medidas para melhorar o desempenho dos hospitais distritais na realização desses procedimentos (Processo nº 00600-00008924/2023-81-e).
- ▶ A Corte recomendou que a SES dê continuidade às nomeações de servidores efetivos para os cargos de Agente de Vigilância Ambiental em Saúde e de Agente Comunitário de Saúde (Processo nº 00600-00012354/2023-23-e).
- ▶ Samu: o TCDF solicitou esclarecimentos da Secretaria de Saúde sobre possível omissão ou ineficiência na aplicação R\$ 5 milhões em recursos federais destinados ao Samu, que estariam parados no mercado financeiro, enquanto há falta de ambulâncias (Processo nº 00600-00006641/2024-85-e)
- ▶ Obras em UBSs: o TCDF determinou que a SES melhore os processos de contratação e execução de obras nas UBSs, além de aperfeiçoar as atividades de manutenção predial e elaborar um plano de manutenção (Processo nº 1567/2020-e).

- ▶ Auditoria nas UBSs: o TCDF realizou auditoria operacional para analisar a eficácia da implementação da Política de Atenção Primária à Saúde do DF, identificando condições precárias de infraestrutura e atendimento nas UBSs do DF.
- ▶ Hospital Veterinário: o TCDF autorizou inspeção para apurar irregularidades na construção e gestão da segunda unidade do Hospital Veterinário Público do DF (Processo nº 00600-00013412/2022-55-e).
- ▶ Carência de psicólogos e assistentes sociais: O TCDF alertou as Secretarias de Educação e Economia sobre a importância de adotarem providências para solucionar a falta de profissionais de psicologia e serviço social nas escolas públicas do DF (Processo nº 00600-00007156/2023-48-e).
- ▶ O Plenário fixou prazo para que a SES se manifeste sobre possíveis irregularidades em um contrato de R\$ 9 milhões para aplicação do chamado “fumacê” para reduzir a proliferação do *Aedes Aegypti* (Processo 00600-00001717/2024-86-e). Além disso, determinou inspeção na Secretaria a fim de obter informações sobre as medidas adotadas para controle e enfrentamento da Dengue no DF (Processo nº 10.411/2019-e).

INFRAESTRUTURA

▶ Licitação da Rodoviária: o TCDF autorizou a continuidade da licitação para a concessão da Rodoviária do Plano Piloto, abrangendo modernização e operação por 20 anos (Processo nº 00600-00000291/2021-09-e).

▶ Suspensão de empreendimento no Núcleo Rural do Tororó: o TCDF deu 15 dias para o Ibram regularizar a compensação florestal do Núcleo Rural do Tororó antes de continuar a implantação do projeto (Processo nº 00600-00009104/2022-25-e).

▶ O TCDF fixou prazo para a Setur adotar medidas e corrigir falhas na execução do contrato de concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães – CCUG. Entre as determinações feitas constam: criar uma comissão especial de obras para acompanhar as reformas e modernizações do CCUG; capacitar os servidores da Setur/DF; medir o desempenho da concessionária; calcular anualmente o Índice de Desempenho para compor a parcela variável da outorga; e considerar um novo cronograma de investimentos obrigatórios (Processo nº 00600-00002821/2023-15-e).

▶ O TCDF solicitou à Secec informações sobre a continuidade das negociações com a Novacap para um convênio de reforma do Teatro Nacional (exceto a Sala Martins Pena). O Tribunal também questionou o andamento da reforma da Sala Villa Lobos e o *status* da solicitação ao Ministério da Cultura para incluir as reformas das outras salas no Plano de Investimentos do Governo Federal (Processo nº 00600-00013602/2021-e).

▶ No processo nº 291/2021-e, o Plenário referendou determinação para que a Semob suspendesse a licitação para concessão da Rodoviária do Plano Piloto, até alteração do edital para incluir o novo percentual de 3,91% da receita bruta para o valor mínimo de outorga do certame, conforme valor calculado na planilha econômico-financeira do negócio referencial da licitação.

▶ No processo nº 288/2021-e, o TCDF determinou que a Semob corrija falhas, como a incompatibilidade dos preços de móveis e equipamentos de acessibilidade com os valores de mercado e atribuição à futura contratada da responsabilidade pelos custos com paralisações decorrentes de chuvas, problemas elétricos ou alagamentos no projeto de PPP do Metrô.

▶ O TCDF fixou prazo para que a Semob e a Seec prestassem esclarecimentos sobre possíveis irregularidades envolvendo o desconto de R\$ 130 milhões sobre o valor das dívidas de empresas e cooperativas operadoras do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (Processo 00600-00002275/2024-95-e).

▶ A Corte de Contas suspendeu a licitação, lançada pela Semob, para construção de cerca de duas mil paradas de ônibus. Dentre os motivos, estão indícios de sobrepreço, restrição de competitividade e possível sobreposição de serviços. (Processo nº 00600-00015855/2023-61-e).

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

- ▶ Suspensão de repasses para entidade: o TCDF manteve a suspensão de repasses à organização "Salve a Si" após confirmar irregularidades em gastos que superam R\$ 300 mil (Processo nº 00600-00009653/2023-81-e).
- ▶ O Tribunal notificou a SEE sobre falhas na oferta de profissionais de magistério na Rede Pública de Ensino do DF, apesar dos avanços em relação a irregularidades apontadas em uma fiscalização do TCDF de 2021 (Processo nº 1272/2018-e).
- ▶ O TCDF contribuiu para a economia de cerca de R\$ 2 milhões no valor estimado para a contratação, realizada pela Sedes, de empresa responsável pelo preparo, pelo fornecimento e pela distribuição das refeições dos restaurantes comunitários de Samambaia/Portelinha e do Varjão.

- ▶ O TCDF fixou prazo para a Sema e o Ibram responderem sobre possíveis falhas no planejamento e na publicidade de medidas para combater incêndios florestais no DF (Processo nº 00600-00011750/2024-14-e).
- ▶ Auditoria revelou falhas no funcionamento do Hospital Veterinário Público do DF e o descumprimento da lei que proíbe a circulação de veículos que utilizam tração animal. O Tribunal emitiu uma série de determinações, como a adoção de medidas para manutenção, reforma e/ou ampliação dos currais e baias destinados aos animais; e a garantia pela Seec de recursos orçamentários para as obras de manutenção do curral da Seagri/DF (Processo nº 00600-00007380/2023-30-e).

EDUCAÇÃO

- ▶ Auditoria do TCDF revelou diversos problemas de segurança, acessibilidade, infraestrutura e tecnologia em escolas públicas do DF. O Tribunal determinou que a SEE aperfeiçoe o planejamento da oferta de vagas na rede pública de ensino, considerando os limites máximos de alunos por turma, a capacidade física das escolas e a demanda existente e a reprimida em cada Região Administrativa (Processo nº 00600-00001463/2023-15-e).
- ▶ No processo nº 4037/2024-e, a Corte fixou prazo para que a SEE e a TCB se manifestem sobre possíveis irregularidades no transporte escolar de estudantes do Trecho 3 do Sol Nascente, região conhecida como Fazendinha.
- ▶ Representantes da Rede de Controle da Gestão Pública do Distrito Federal, da qual o TCDF faz parte, visitaram as Coordenadorias Regionais de Ensino do Recanto das Emas, Taguatinga, Plano Piloto, Sobradinho, Planaltina e de Ceilândia para verificar, acompanhar e fiscalizar o funcionamento dos recursos destinados às escolas por meio do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF.
- ▶ Dispensa de professores temporários: o TCDF determinou que a Secretaria de Educação explique a dispensa de professores temporários na rede pública (Processo nº 00600-00009511/2024-02-e).

Quantidade de Processos Apreciados pelo Tribunal

Foram apreciados pelo Plenário do Tribunal **5.249 processos** no ano, dos quais resultaram decisões preliminares e conclusivas. No mesmo período, a Presidência proferiu 68 decisões monocráticas. O quantitativo de acórdãos proferidos foi **39,2% superior à média quinquenal**.

Indicadores do Plenário



Os principais assuntos dos processos apreciados e instruídos no exercício foram atos de pessoal, representações e contas anuais e especiais.

Processos apreciados por assunto

Assunto	Quantidade	
	Decisões	Instrução de Processos
Representações	850	747
Contas	761	695
Tomada de Contas Especial	512	450
Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias	234	235
Tomada de Contas Anual	7	5
Prestação de Contas Anual	6	2
Contas de Governo	2	3
Editais de Licitação	438	436
Licitação	430	434
Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão	6	1
Análise de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	2	1
Fiscalizações	318	291
Auditoria de Regularidade	70	58
Auditoria Realizada por Outros Órgãos	68	61
Inspeção	67	68
Auditoria de Desempenho/Operacional	67	60
Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns	23	19
Auditoria Integrada	9	8
Monitoramento de Decisões	8	10
Levantamento	3	3
Auditoria Financeira	2	3
Monitoramento do cumprimento de Decisões Plenárias	1	0
Fiscalização de Pessoal	0	1
Outros Assuntos	584	516
Regularização de Débito	203	241
Denúncia	116	93
Acompanhamento da Gestão Governamental	38	38
Estudos Especiais	30	11
Edição de Normativo	28	12
Consulta	20	18
Análise de Contratos, Convênios e outros ajustes	17	20
Acompanhamento de Gestão Fiscal	16	16
Análise de Defesa	15	9
Contrato, Convênios e outros ajustes	13	8
Plano Geral de Ação	10	0
Acompanhamento de aplicação de recursos	9	11
Emissão de Certidão	8	9
Convênio	8	0
Pedido de Prorrogação de Prazo	7	11
Averbação de Tempo de Serviço	7	0
Planos e Programas de Trabalho	6	1
Análise de Metas Fiscais	5	5
Planos e Orçamentos	4	3
Solicitações de Informações	4	0
Levantamento de Informações	3	3
Pagamentos diversos	3	0
Licenças Diversas	3	0
Análise de Denúncia	2	3
Controle de qualidade das auditorias	2	1
Solicitações Diversas	2	0
Desenvolvimento de Sistema de Tecnologia da Informação	1	1
Regime Próprio de Previdência Social	1	0
Abono de Permanência	1	0
Plano Estratégico	1	0
Adicional	1	0
Outros Ajustes	0	1
Edital de Concurso Público	0	1
SUBTOTAL	2.951	2.685
Atos de Pessoal (Sirac)	2298	2201
Análise de Concessão	1466	1448
Concessão - Análise Automatizada	444	396
Admissão de Pessoal - Análise Automatizada	214	0
Admissão de Pessoal	164	351
Aposentadoria	8	4
Pensão Civil	2	1
Pensão Militar	0	1
TOTAL	5.249	4.886

Quantidade de Atos de Pessoal apreciados pelo Tribunal

Os atos de admissões e de concessões são cadastrados no Sistema de Registro de Atos de Concessões e Admissões – Sirac. Os atos de pessoal não homologados pela análise automatizada são instruídos individualmente e podem ser agrupados em um único processo, observados alguns critérios de seleção. A tabela a seguir mostra o quantitativo de processos e os respectivos atos instruídos e apreciados no exercício.

	Quantidade de Processos	Quantidade de Atos		
		Concessão	Admissão	Total
Decisões Plenárias	2.298	4.755	10.566	15.321
Instrução de Processos	2.201	4.722	9.345	14.067

Quantidade de Atos de Pessoal (Sirac) apreciados pelo Plenário



* Fonte: Painel de monitoramento do Planest 2024/2027 - Data da consulta: 31/01/2025

FISCALIZAÇÕES

Ministério Público junto ao TCDF

COBRANÇAS EXECUTIVAS

Estão sob acompanhamento do MPjTCDF **2.185** acórdãos do TCDF, dos quais **682** consistem em cobranças executivas ajuizadas no TJDFT.

Cobranças Executivas encaminhadas à PGDF

Situação	Quantidade
Com ação no TJDFT	682
Inscritas em dívida ativa	169
Parceladas	79
Outras situações	1.255
Total	2.185

Nos campos institucional e administrativo, foram desenvolvidas diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, o encaminhamento pelo MPjTCDF de **129 representações** alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

Jurisdicionados fiscalizados

Jurisdicionado	Auditorias	Inspecões	Monitoramentos	Análise de PPP/Concessões	Levantamento	Total de Fiscalizações (*)	Participação no Total de Fiscalizações
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES	1	9	6	2	1	19	21,1%
Secretaria de Estado de Educação - SEE	2	5	0	0	0	7	7,8%
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF	0	3	2	0	0	5	5,6%
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC	2	1	0	1	0	4	4,4%
Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA	1	1	1	0	0	3	3,3%
Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB	1	1	1	0	0	3	3,3%
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	0	2	1	0	0	3	3,3%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES	1	1	1	0	0	3	3,3%
Secretaria de Estado de Mobilidade - SEMOB	0	0	0	3	0	3	3,3%
Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal - SEPE	1	0	0	2	0	3	3,3%
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB	1	0	0	2	0	3	3,3%
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB	2	1	0	0	0	3	3,3%
Administração do Distrito Federal - GDF	1	0	0	0	1	2	2,2%
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	1	0	0	1	0	2	2,2%
Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF	0	1	0	0	1	2	2,2%
Departamento de Trânsito - DETRAN	0	2	0	0	0	2	2,2%
Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB	0	2	0	0	0	2	2,2%
Polícia Militar do DF - PMDF	0	2	0	0	0	2	2,2%
Administração Regional de Santa Maria - RA XIII	0	1	0	0	0	1	1,1%
Banco de Brasília S/A - BRB	0	0	0	1	0	1	1,1%
Câmara Legislativa do DF - CLDF	0	0	0	0	1	1	1,1%
Companhia do Metropolitan do Distrito Federal - METRO	0	1	0	0	0	1	1,1%
Defensoria Pública do DF - DPDF	0	0	0	0	1	1	1,1%
Departamento de Estrada de Rodagem - DER-DF	1	0	0	0	0	1	1,1%
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCIS-DF	0	1	0	0	0	1	1,1%
Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF	0	1	0	0	0	1	1,1%
Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF	0	1	0	0	0	1	1,1%
Região Administrativa de Arapoanga - RA XXXIV	0	1	0	0	0	1	1,1%
Sec de Estado de Desenv Econômico e Turismo - SEDET	0	1	0	0	0	1	1,1%
Sec. de Estado de Obras - SO	1	0	0	0	0	1	1,1%
Secretaria de Estado da Mulher - SEMDF	1	0	0	0	0	1	1,1%
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECECDF	1	0	0	0	0	1	1,1%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal - SEDET	1	0	0	0	0	1	1,1%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH	0	1	0	0	0	1	1,1%
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS	1	0	0	0	0	1	1,1%
Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR	1	0	0	0	0	1	1,1%
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF	0	0	0	0	1	1	1,1%
Total	21	39	12	12	6	90	100%

(*) Considerar que uma fiscalização poderá abranger mais de um jurisdicionado.

GDF - Fiscalização realizada em mais de quatro órgãos ou entidades da Administração Distrital.

FISCALIZAÇÕES

Auditorias realizadas

JURISDICIONADA	OBJETO
ADASA, CAESB	Modelo regulatório aplicado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa) e a adequação da tarifa praticada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) em relação aos custos dos serviços de saneamento e esgoto prestados à população.
DER-DF	Pavimento de concreto na DF-095 (Via Estrutural).
GDF	Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no âmbito do DF.
SECECDF	Termos de Colaboração e de Fomento firmados pela pasta com fulcro no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.
SEDES	Rede de Assistência Social do DF.
Sedet, SEE, SEMDF	Plano Distrital de Políticas para Mulheres.
SEE	Implementação do Plano Distrital de Educação na Educação Básica.
SEEC	Gestão de imóveis próprios do Distrito Federal.
SEEC	Exame do Balanço Patrimonial do GDF referente ao exercício de 2023.
SEJUS	Conselhos Tutelares do Distrito Federal.
SEMOB, SEPE	Atuação da Secretaria de Estado de Projetos Especiais na coordenação e articulação de ações com outros órgãos de governo voltadas à implementação de projetos especiais e na promoção e realização de estudos para elaboração de Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMIs.
SES	Política de Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal.
SETUR	Regularidade da execução do contrato de concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.
SO	Execução dos serviços continuados de reparo localizado de pavimento asfáltico de vias no Distrito Federal (12 lotes - Etapa I).
TCB	Execução dos contratos de transporte escolar celebrados pela TCB.
TCB	Execução dos contratos de transporte escolar celebrados pela TCB.
TERRACAP	Controle e fiscalização dos procedimentos de licitação, contratação e execução contratual da concessão do Centro Esportivo de Brasília - ArenaPlex.

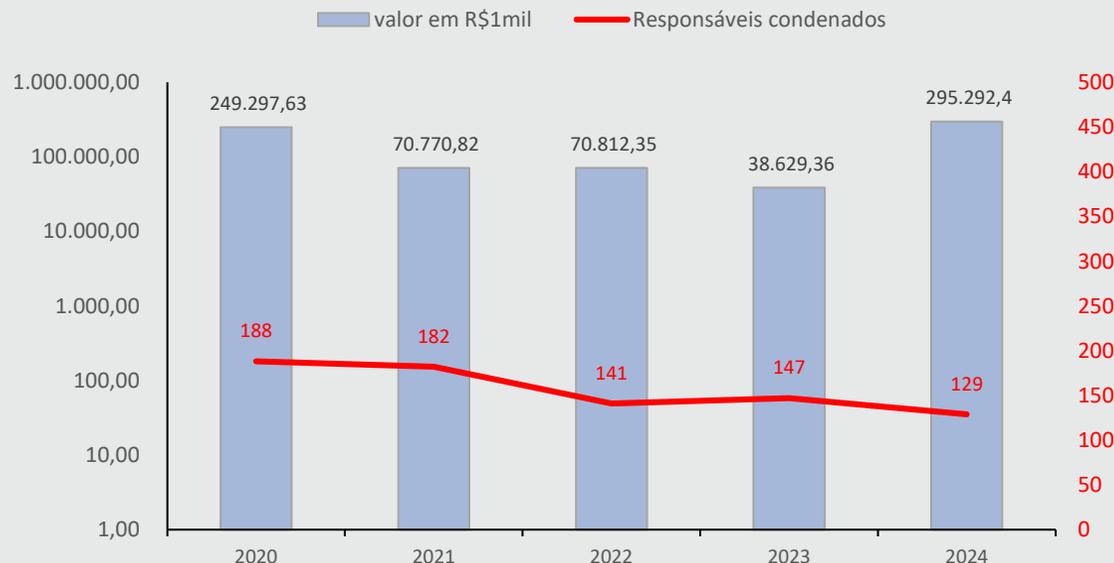
Monitoramentos realizados

JURISDICIONADA	OBJETO
ADASA	Monitoramento da Decisão nº 180/2019, que tratou de Auditoria Operacional relativa ao controle de outorgas de uso de recursos hídricos na Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa, especialmente as que envolvam captação de água.
CAESB	Prestação de serviços de vigilância e monitoramento eletrônico e de manutenção de redes.
NOVACAP	Regularidade e economicidade da execução do Contrato 508/2015, firmado entre a Novacap e a Empresa FCB Transporte, Logística e Serviços Gerais Ltda.
SEDES	Programa Prato Cheio e Pão e Leite.
SES	Acompanhamento do quantitativo de exames de endoscopia ofertados e realizados pela Rede Pública, referente aos meses de novembro e dezembro/2023, para fins de avaliação do cumprimento de parte da Decisão 2762/2023.
SES	Serviços de endoscopia ofertados e realizados pela rede pública, referente ao mês novembro/2023, para fins de avaliação do cumprimento de parte da Decisão 2762/2023.
SES	Avaliação da qualidade dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.
SES, IGESDF	Centros cirúrgicos da rede pública de saúde do Distrito Federal.
SES, IGESDF	Acompanhar o cumprimento das deliberações constantes do Processo nº 1583/2020, o qual tratou de avaliar a conformidade do acompanhamento e fiscalização pela SES sobre o Contrato de Gestão nº 1/2018 (SES x IGESDF).

Benefícios Mensuráveis no Exercício de 2024

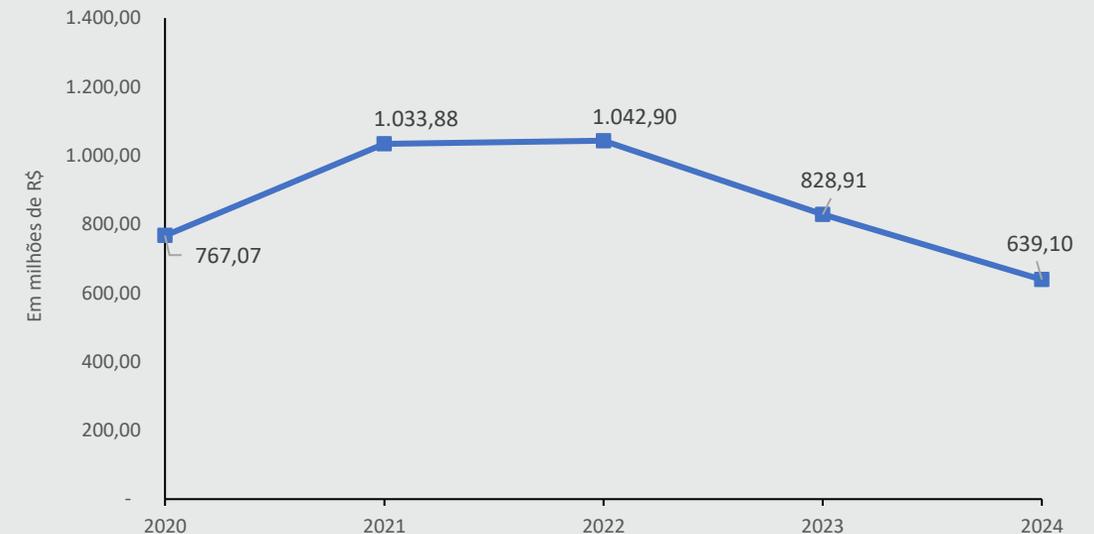
Foram condenados em débito ou multados **129 responsáveis** para recolherem aos cofres públicos o valor total de **R\$ 295,3 milhões**.

Série histórica das condenações em débito ou multa e seu valores



Na fiscalização de licitações, a atuação preventiva do Tribunal gerou uma economia estimada em **R\$ 639,1 milhões**.

Série histórica das economias geradas



* A redução substancial no valor da economia estimada gerada pela fiscalização de licitações ocorrida em 2024 se deve à mudança metodológica aprovada pela Resolução nº 328/24. Além disso, houve substituição do sistema que registra e monitora as licitações, sendo necessários alguns meses para ajustar os valores

EXEMPLOS DE PROCESSOS QUE GERARAM ECONOMIA EM LICITAÇÃO

No **processo nº 15303/2022-e**, a economia estimada foi de **R\$ 90,4 milhões**. O objeto do processo, de interesse da SEE, era contratação de empresa especializada em serviços de gestão do transporte escolar, abrangendo fornecimento de combustível, manutenções preventivas e corretivas, garagem e operadores para atender os alunos da rede pública, em frota de propriedade da SEE. Por meio da atuação do Tribunal, o certame foi cautelarmente suspenso para sanar as falhas identificadas, o que, ao final, resultou na revogação da licitação.

No **processo nº 16175/2023-e**, a economia estimada foi de **R\$ 84,8 milhões**. O objeto do processo, cuja interessada era a SEE, era a aquisição de uniforme escolar para os estudantes da rede pública de ensino com distribuição, ponto a ponto, diretamente em cada uma das unidades escolares da SEE. Na análise prévia do edital, o Tribunal fez determinações tais que resultaram na redução do valor inicialmente estimado para a licitação.

PROJETOS E INICIATIVAS

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos e implantar melhorias nos serviços de controle externo e administrativos, as unidades do Tribunal planejaram a realização de diversos projetos e iniciativas.

Em última análise, todos esses projetos ou iniciativas visam melhorar os serviços prestados pelo Tribunal à sociedade. Dentre os projetos concluídos no exercício de 2024, destacam-se:

- extração automatizada de nomeações e exonerações do DODF;
- integração do sistema Siseditais com o sistema ALICE (TCU);
- desenvolvimento do painel de monitoramento dos planos estratégico e geral de ação do TCDF;
- disponibilização de solução para cálculo de aposentadoria e expedição de minuta do respectivo ato concessório;
- apoio à Coordenação da Rede Infocontas dos Tribunais de Contas;
- implementação de sistemática de quantificação de benefícios gerados pela atuação do controle externo.

Escola de Contas Públicas

Ações educacionais promovidas pela Escon

Ações:

127

Participantes:

5.431

Carga Horária (h/a):

1.499

Valor:

R\$ 1.136.335,02

Ações educacionais promovidas externamente

Ações:

90

Participantes:

361

Carga Horária (h/a):

1.876

Valor:

R\$ 552.187,60

Bolsas de estudos gerenciadas

Graduação:

9

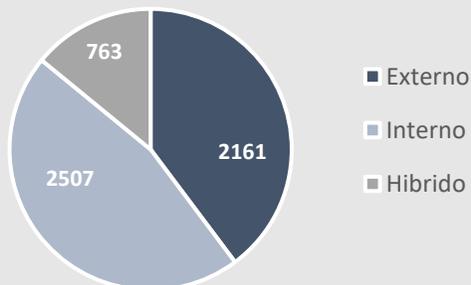
Pós-graduação:

17

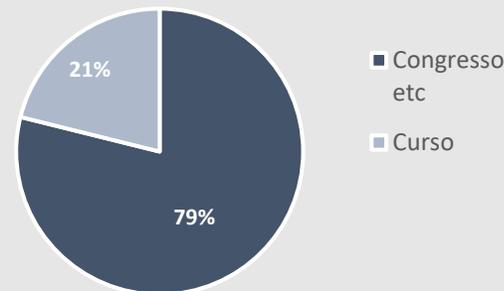
Idiomas:

27

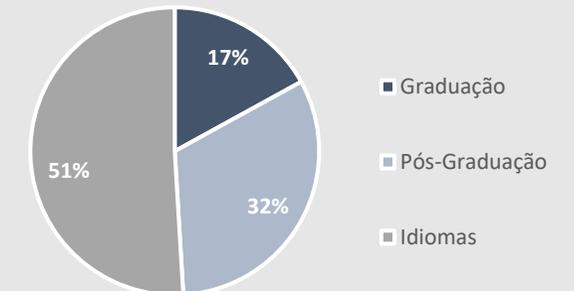
Ações por tipo de público



Modalidade da ação



Tipos de bolsa





Relacionamiento Interinstitucional



VISITAS TÉCNICAS



O TCDF realizou visitas técnicas com o objetivo de aprimorar as atividades de Controle Externo e gestão pública, com foco no intercâmbio de boas práticas, experiências e conhecimentos de interesse do Controle Externo. Foram realizadas visitas ao TCE/PA, TCE/SP, TCM/SP, TCE/BA, TCM/BA, TCE/MG e TCE/GO.



O TCDF recebeu o promotor Moacyr Rey Filho (CNMP) para discutir o uso da inteligência artificial nos órgãos públicos, focando no fortalecimento da transparência e do Controle Externo.



Desembargador de Contas do TCDF realizou visitas técnicas de avaliação do MMD-TC no TCE/AL, no TCE/SP e no TCM/SP.



O TCDF discutiu iniciativas e políticas públicas voltadas à proteção e bem-estar dos animais durante uma visita técnica à PCDF.



O Tribunal também recebeu a visita do Ouvidor-Geral do TCE/PR, na qual foram debatidas as experiências sobre recepção, registro, análise e encaminhamento de reclamações, sugestões, elogios e denúncias por parte do público.

ATRICON & IRB



O Desembargador de Contas Renato Rainha assumiu a presidência do recém-criado Comitê de Segurança Pública do IRB, que visa produzir um estudo sobre os desafios da segurança pública e orientar os Tribunais de Contas em suas fiscalizações. O Comitê também levará em conta a prevenção e o combate à violência, especialmente entre grupos sociais vulneráveis.



O Desembargador de Contas André Clemente foi empossado como um dos diretores de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon e como diretor de Desenvolvimento Institucional do IRB. O Desembargador de Contas Inácio Magalhães tomou posse como suplente do Conselho Fiscal no IRB.



O Tribunal aderiu ao **Projeto Comunica**, iniciativa liderada pela Atricon e que tem por objetivo aperfeiçoar os processos de comunicação interna e externa dos Tribunais de Contas.



Acordo assinado entre o TCDF e o IRB para o compartilhamento do Tesouro de Jurisprudência do TCDF ao IRB para que haja sistematização nacional das decisões tomadas pelos Tribunais de Contas do Brasil.

REUNIÕES E SEMINÁRIOS



O TCDF recebeu a Subcomissão de Garantia da Qualidade do MMD-TC para avaliar seus trabalhos, e três projetos inovadores foram reconhecidos:

- Sistema de Análise de Decisões Automatizada – ADA;
- Matriz de Priorização de Processos;
- Sistema de Acompanhamento de Editais, Eventos e Decisões – SisEditais.



O TCDF sediou uma reunião do Comitê Executivo do MMD-TC da Atricon para preparar relatórios consolidados sobre a avaliação de desempenho dos Tribunais de Contas.



O TCDF sediou a Assembleia-Geral do Instituto Rui Barbosa, que teve como pauta a apresentação do relatório de atividades da gestão 2022-2023 e a prestação de contas do Exercício de 2024.



O Tribunal sediou reuniões dos membros do Comitê Executivo e da Secretaria Executiva do MMD-TC para tratar da revisão do Sistema Aprimore.



Processos Internos

Essa perspectiva contém as atividades para melhoria dos processos de trabalho.



PLANEJAMENTO E TRANSPARÊNCIA

Planejamento Estratégico 2024-2027

- ▶ Aprovado o Plano Estratégico para o período 2024-2027, com estabelecimento de sete objetivos estratégicos a serem alcançados pela Corte.
- ▶ Lançamento de Painel Digital que permite o monitoramento do Plano Estratégico de forma transparente, incluindo sua cadeia de valor.

Transparência

- ▶ Lançamento de novo portal na intranet da Secretaria-Geral de Controle Externo.
- ▶ A Biblioteca Cyro dos Anjos disponibilizou portal para facilitar o acesso a bases de dados relevantes, promovendo a pesquisa e o uso de recursos digitais.
- ▶ O TCDF aprovou a criação do Diário Oficial Eletrônico do TCDF para publicação de atos, visando aumentar a transparência e eficiência.

INOVAÇÃO

Inteligência Artificial

- ▶ O Sistema de Análise de Editais aprimorou a fiscalização de licitações com uso de inteligência artificial, automatizando o processo de leitura, classificação e inserção de informações publicadas no DODF.
- ▶ O TCDF lançou um guia para orientar o uso ético de IA, incluindo o desenvolvimento do ChatTCDF, uma ferramenta de IA para apoiar os serviços do Tribunal.

Sustentabilidade

- ▶ O TCDF implementou medidas sustentáveis, como uma vaga de carregamento para carros elétricos e uma usina fotovoltaica de 150 kW com 240 placas solares, com o objetivo de reduzir o consumo de energia em 30%. Essas ações fazem parte do Plano de Logística Sustentável da Corte, que visa promover um ambiente de trabalho mais consciente e eficiente em relação ao meio ambiente.

MODERNIZAÇÃO

Sistema de Quantificação de Benefícios

▶ Lançamento do Sistema de Quantificação de Benefícios do TCDF, objetivando o registro de benefícios quantitativos (que envolvam valores monetários ou um número de pessoas beneficiadas por uma fiscalização específica, por exemplo) e qualitativos (que alcancem a melhoria de processos burocráticos), bem como o monitoramento do estado desses benefícios até sua efetivação.

Atos de Aposentadoria

▶ Desenvolvido nova ferramenta para publicação dos atos de aposentadoria e importação dos dados de servidores distritais, possibilitando a automatização da elaboração da minuta dos atos e a importação de dados dos servidores do SIGRH do GDF para o Sirac do TCDF, melhorando a eficiência e evitando erros.

Normativos

- ▶ Portaria nº 43/24, atualiza o valor máximo da multa a ser aplicada aos responsáveis por contas irregulares sem débito ou pela prática dos atos relacionados no art. 272 do Regimento Interno.
- ▶ Instrução Normativa nº 1/24, dispõe sobre o controle e a fiscalização da etapa de planejamento dos processos de Concessões Comuns, das Parcerias Público-Privadas – PPPs e das Privatizações a serem exercidos pelo TCDF.
- ▶ Decisão Normativa nº 1/24, altera a Decisão Normativa nº 5/21, que dispõe sobre a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do TCDF.

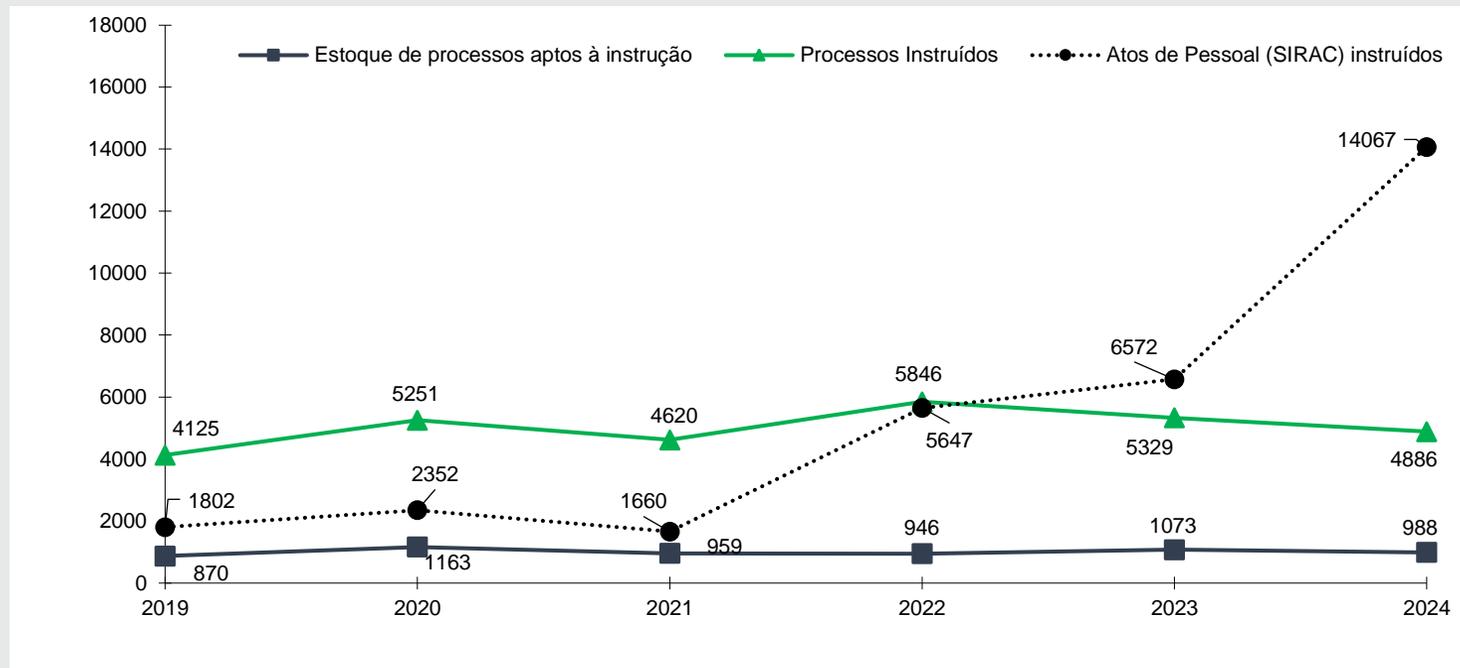
INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

No exercício de 2024, foram realizadas 4.886 instruções de processos e instruídos 14.067 atos de pessoal (Sirac). Esses atos de pessoal, que podem ser de admissão ou de concessão, estão contidos em 2.201 dos processos instruídos e referem-se às admissões de pessoal, aposentadorias, pensões, reformas (e respectivas revisões) dos servidores dos órgãos jurisdicionados, os quais são analisados e instruídos em bloco, ou seja, vários atos podem ser apreciados em um mesmo processo, por meio do Sirac.

O Gráfico abaixo registra, por ano, a realização de instruções de processos e instrução de atos de pessoal, confrontando tal atividade com o estoque de processos apto à instrução ao final de cada período, revelando, quando comparado com o exercício anterior, redução na instrução de processos e no estoque de processos. Vale esclarecer que o expressivo aumento na instrução de atos Sirac a partir de 2024 se deve ao fato de que os atos de admissão passaram a ser contabilizados, o que não ocorria antes de 2024.

Registre-se ainda, que, ao final do ano, do estoque total de 1.727 processos a instruir, 988 autos encontravam-se aptos à instrução, ou seja, em condições de serem instruídos; e 867 processos estavam com tramitação paralisada, nesses incluídos os sobrestados, os que aguardam cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstem a instrução do processo.

Instrução e Estoque de Processos

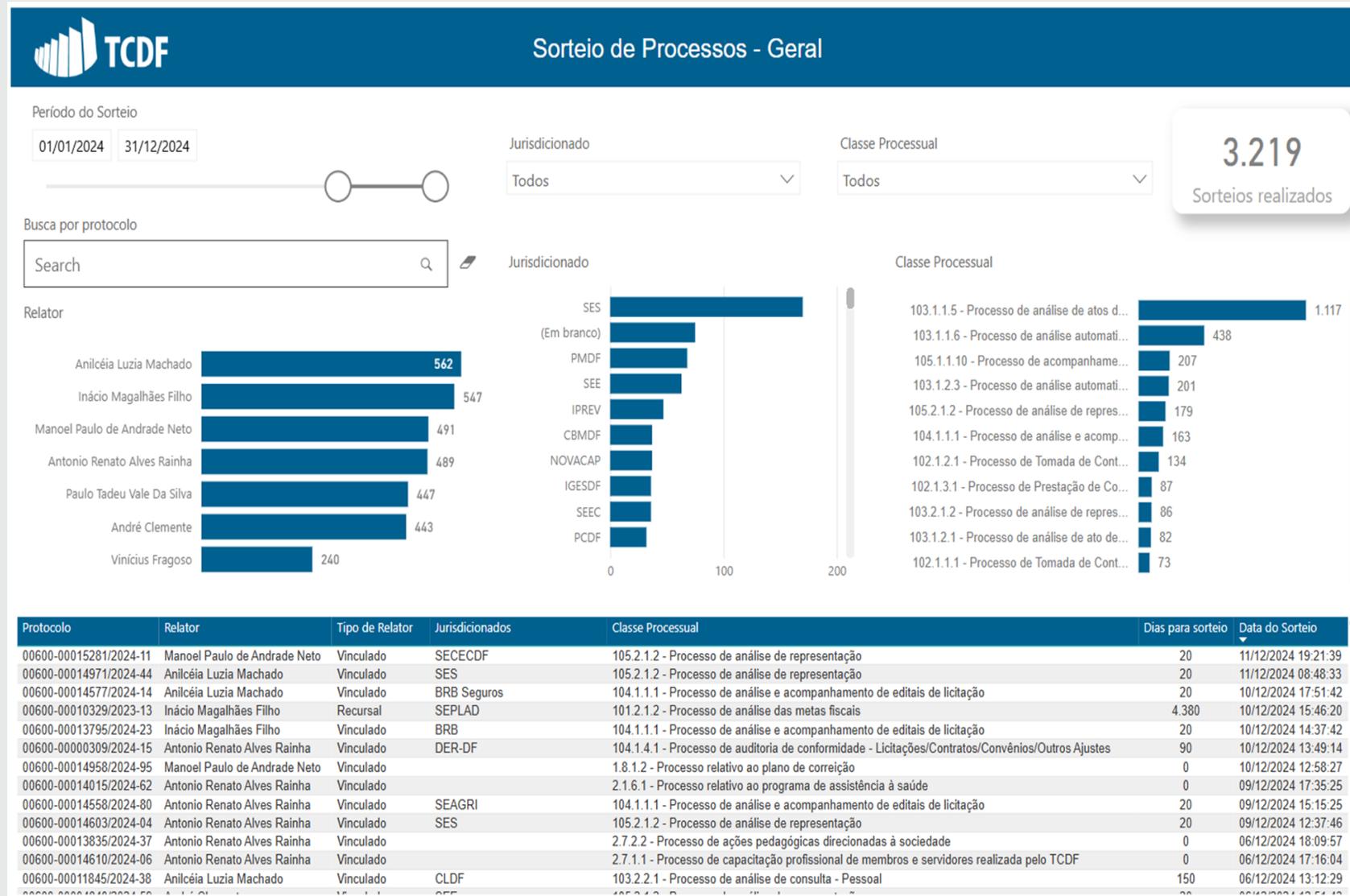


DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

No ano de 2024, foram distribuídos, por intermédio de sorteio eletrônico, **3.219 processos** para serem relatados pelos Desembargadores de Contas da Corte.

Na página *Transparência na Distribuição de Processos*, contida no site do TCDF, podem ser consultados todos os detalhes do sistema de sorteio, cujo link é:

<https://unidades.tc.df.gov.br/distribuicao-de-processos>.





Recursos e Pessoas

Nessa perspectiva, estão contidos os objetivos que dão suporte às atividades do Tribunal: pessoas e estrutura.

PREMIAÇÃO



Ordem do Mérito: Autoridades e servidores receberam comenda da “Ordem do Mérito de Contas Ruy Barbosa”. Entre os agraciados estavam o atual Ministro de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Roberto Severo Pimenta; o Presidente do TJDF, Desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior; o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin; o Governador do Estado de Alagoas, Paulo Suruagy do Amaral Dantas; o Ex-Presidente da Câmara Legislativa do DF e Deputado Federal Rafael Prudente; além de outras autoridades locais e nacionais.



O Presidente do TCDF, Desembargador de Contas Márcio Michel, foi homenageado com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios.



O Desembargador de Contas Inácio Magalhães foi agraciado com o título de cidadão honorário do Distrito Federal, concedido pela CLDF.



Servidor do TCDF foi selecionado para compor uma das oito vagas do Brasil no Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas. A seleção nacional foi conduzida pela Atricon e pelo TCU.

FORÇA DE TRABALHO

Presidência do TCDF para o biênio 2025-2026



O Desembargador de Contas Manoel de Andrade foi eleito o novo Presidente do TCDF, com o Desembargador Inácio Magalhães Filho como Vice-Presidente, para o biênio 2025-2026. A eleição também incluiu a escolha de um Desembargador de Relações Institucionais e o Presidente da Comissão de Regimento e Jurisprudência, cargos ocupados, respectivamente, pelo Desembargador de Contas André Clemente e pela Desembargadora de Contas Anilcéia Machado.

Posse



Ao longo do ano, o TCDF deu posse a 65 novos servidores, nos cargos de Auditor de Controle Externo, nas áreas de Auditoria e Tecnologia da Informação – Sistemas de TI; e de Analista Administrativo de Controle Externo.

Desembargadores de Contas

Os membros do TCDF agora serão chamados de "Desembargadores de Contas", refletindo suas competências jurisdicionais e de Controle Externo (Emenda Regimental nº 11 e nº 10, de 11 de dezembro de 2024).



Gestão de Recursos Humanos

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Em relação ao exercício anterior, houve variação na quantidade de comissionados sem vínculo efetivo (+27), cedidos de outros órgãos (+15), ACE-Aud (+15), Tace (-1) e Anace (+20), sendo que deste último 42% dos cargos estão vagos. No total, a força de trabalho do Tribunal teve um reforço de 79 servidores.

Cargo/Função	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados
		Posição em 31.12.23	Posição em 31.12.24	
Auditor de Controle Externo - Área de Auditoria (ACE-Aud)	300	259	274	91
Auditor de Controle Externo - Área Especializada (ACE-Esp)	76	56	59	78
Analista Administrativo de Controle Externo (ANACE)	154	67	89	58
Subtotal	530	382	422	80
Desembargadores de Contas	7	7	7	100
Auditores	3	1	1	33
Procuradores	4	3	3	75
Comissionados sem vínculo efetivo	-	131	158	-
Cedidos de outros órgãos	-	91	106	-
Subtotal	14	233	275	-
Total	544	615	697	-
Cargos em Extinção (*)				
Analista Administrativo de Controle Externo - Especialidades em extinção (ANACE)	70	25	23	33
Técnico Administrativo de Controle Externo - Todas especialidades (TACE)	33	14	13	39
Total	103	39	36	35

(*) Cargos em extinção, conforme estabelecido na Resolução 265/2013, Anexo II.

Recursos Orçamentários e Financeiros

A execução da despesa alcançou **R\$ 577,2 milhões**, equivalendo a 99,9% da despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual para este ano.



Equipe responsável pela elaboração do Relatório de Atividades

COORDENAÇÃO

Luiz Genédio M. Jorge

Diretor da Diplan

ELABORAÇÃO

Sérgio Ramalho Dantas Varella

ACE-Esp

Mauri Siqueira Montessi

ACE-Esp

Jefferson Gonçalves da Silva

Anace

Vanessa Moreira Meireles

Assessora

Eduardo de Almeida Ferreira

Estagiário

